



Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 406/2015

Credenciamento nº 406/2015, celebrado entre o Ministério Público da União e o SÍNTESE ESPAÇO CLÍNICO EIRELI - ME. Objeto: prestação de serviços Paramédicos. Processo: 1.18.000.002855/2015-70. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: 03301058120040001. Nota de Empenho: 2015NE000030, de 29/01/2015. Vigência: 01/12/2016 a 30/11/2021. Assinatura: pelo Credenciante, Marcius Correia Lima; pelo Credenciado, Francineide Ramos da Silva Mariano.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 54/2017

Credenciamento nº 054/2017, celebrado entre o Ministério Público da União e o CORE- Clínica Odontológica de Reabilitação e Estética S/S. Objeto: prestação de serviços Odontológicos. Processo: 1.18.000.002027/2016-12. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: 03301058120040001. Nota de Empenho: 2015NE000030, de 29/01/2015. Vigência: 06/02/2017 a 05/02/2022. Assinatura: pelo Credenciante, Marcius Correia Lima; pelo Credenciado, Fabiana Evangelista Brasileiro.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 789/2015

Credenciamento nº 789/2015 celebrado entre o Ministério Público da União e IVANA MAIA BONNA Objeto: Prestação de Serviços Odontológicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir da assinatura do credenciamento. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93. Elemento de despesa no MPF: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPF: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPF: 2016NE000060, de 05.01.2016. Elemento de despesa no MPT: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPT: 2016NE000012, de 19.01.2016. Elemento de despesa no MPM: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPM: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPM: 2016NE000033, de 04.01.2016. Elemento de despesa no MPDFT: 33.90.36. Programa de Trabalho no MPDFT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPDFT: 2016NE000211, de 10.03.2016. Elemento de despesa no CNMP: 33.90.36. Programa de Trabalho no CNMP: 03.301.2100.2004.5664. Nota de Empenho no CNMP: 2016NE000524, de 15.03.2016. Assinatura: Marcius Correia Lima, Diretor Executivo do Plan-Assiste MPF, pelo Credenciante, Ivana Maia Bonna, pelo Credenciado.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Procuradoria da República no Estado do Amapá, representada pelo Procurador da República titular da Procuradoria da República no Município de Oiapoque, prorroga, altera e acrescenta cláusulas ao Termo de Cooperação firmado com a Subseção Judiciária de Oiapoque em 16 de fevereiro de 2012, tratando sobre o estabelecimento de rotinas para a tramitação de processos judiciais entre os celebrantes. Termo aditivo que prorroga a Cooperação por 60 (sessenta) meses e trata da tramitação de processos por meio eletrônico e realização de audiência por videoconferência. Data de assinatura: 09/02/2017. Antonio Augusto Teixeira Diniz, Procurador da República, e Frederico Pereira Martins, Juiz Federal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 3/2017/2OFICIO/PR/AM

Ministério Público Federal e N.V. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. firmaram Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental N. 003/2017 para reparação integral dos danos ao patrimônio cultural causados pela execução de obras do empreendimento Complexo Habitacional Residencial Bela Vista (terraplanagem), sem atendimento às notificações do IPHAN para realizar prospeção em subsuperfície do terreno e resgate de vestígios arqueológicos encontrados no local que, depois da execução de intervenções não autorizadas, inclusive supressão vegetal, desapareceram do terreno, objeto da Ação Civil Pública n. 0015806-54.2016.4.01.3200/7ª Vara. Data da assinatura: 03 de março de 2017.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2017

Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República na Bahia, e a NOVAS IDÉIAS ENTRETENIMENTOS LTDA - ME, CNPJ 17.574.580/0001-23. Objeto: prestação de serviços de sonorização a serem realizados ou apoiados pelo Ministério Público Federal na Bahia, dentro da Região Metropolitana de Salvador (Salvador, Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz). Valor global: R\$ 6.952,88 (seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Processo: 1.14.000.001373/2016-22. Vigência: 01/03/2017 a 28/02/2018. Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Modalidade: Pregão Eletrônico. Data e assinatura: 13/02/2017. Assinam: Oto Fábio Rocha Matos, pela Contratante, e Cleide Rosane Silva Alves, pela Contratada.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República na Bahia, e a Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO. Objeto: concessão de estágio a estudantes de ensino superior na Procuradoria da República na Bahia. Vigência: 03/03/2017 a 02/03/2020. Data de assinatura: 03/03/2017. Assinam: Oliveiros Guanais de Aguiar Filho e Wellington Salgado de Oliveira, como convenientes.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 5/2017 - UASG 200031

Nº Processo: 1.14.2792/2016-81 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo, conforme especificações constantes dos anexos relacionados, que fazem parte integrante deste edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 07/03/2017 de 13h00 às 17h59. Endereço: Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron SALVADOR - BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200031-05-5-2017. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2017 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/03/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O critério de julgamento é o menor valor mensal.

GRASIELE RODRIGUES ALVES LIMA
Pregoeira

(SIDEIC - 06/03/2017) 200100-00001-2017NE000007

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 04/2017. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará, e a empresa D & R Distribuidora de Bebidas Ltda. Objeto: Fornecimento mensal de água mineral natural, potável, sem gás, acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, para a Procuradoria da República no Município de Itapipoca. Modalidade: Dispensa de licitação. Valor mensal: R\$ 110,00. Valor global: R\$ 1.147,71. Vigência: 16/02/2017 a 31/12/2017. Data da Assinatura: 16/02/2017. Nota de Empenho: 2017NE000088, de 10/02/2017. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de despesa: 339030-07. Assinam: Giedra Albuquerque Alfredo, Secretária Estadual da PR/CE, pela Contratante; e David Moreira Pelúcio, representante legal, pela Contratada. Proc. MPF/PR/CE nº 1.15.000.000331/2017-18.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2016. Contratantes: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Ceará, e a empresa Madeira Indústria e Comércio de Móveis Eireli - ME. Objeto: prorrogação do prazo de vigência contratual. Fundamentação Legal: inciso V, do § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 06/03/2017 a 05/06/2017. Data de Assinatura: 02/03/2017. Assinam: Giedra Albuquerque Alfredo, Secretária Estadual da PR/CE, pela Contratante; e Francisco Nereu Gomes Madeira, Proprietário, pela Contratada. Proc. MPF/PR/CE nº 1.15.000.003033/2015-18.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 8/2016

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS e o CENTRO TECNOLÓGICO CAMBURY LTDA, mantenedora da FACULDADE CAMBURY, CNPJ n.º 26.721.076/0001-08. Objeto: Proporcionar a preparação do aluno estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 02/03/2017. (MÁRCCELLO SANTIAGO WOLFF, PROCURADOR CHEFE DA PR/GO e EDSON JOSÉ GONÇALVES e CLÉRIA MARIA VECCI, ADMINISTRADORES DA FACULDADE CAMBURY). PA Nº 1.18.000.003614/2016-29.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2017 (SRP) - UASG 200087

O Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas da Procuradoria da República na Paraíba torna público o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 3/2017 (SRP) (processo nº 1.24.000.002218/2016-87), cujo objeto é o registro de preços para contratação futura de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação e copeiragem, para a Procuradoria da República na Paraíba (João Pessoa), com fornecimento de materiais e equipamentos indispensáveis à execução do contrato, de acordo com as especificações, condições de prestação dos serviços constantes do ANEXO I (Termo de Referência) e demais determinações descritas no edital, que, aplicando o critério de menor preço por item, declarou vencedora e adjudicou o objeto à empresa TRATTO SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI ME, CNPJ nº 13.493.557/0001-53. Todo o procedimento licitatório foi homologado pelo Secretário Estadual.

João Pessoa, 6 de março de 2017.
LEONARDO MOTA MEIRA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 7/2017 - UASG 200087

Nº Processo: 1240000003502017 . Objeto: Pregão Eletrônico - Seleção e contratação de empresa especializada para fornecimento de esquadrias em alumínio tipo veneziana, para fechamento dos shafts da nova sede da Procuradoria da República na Paraíba, incluindo instalação e assistência técnica, durante o período de garantia. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 07/03/2017 de 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Getulio Vargas, 277 - Centro Centro - JOAO PESSOA - PB ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200087-05-7-2017. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/03/2017 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

LEONARDO MOTA MEIRA
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas

(SIDEIC - 06/03/2017) 200100-00001-2017NE000007

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO - CONTRATANTES: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Paraná, e MOA Manutenção e Operação Ltda. OBJETO: alterar o valor anual. VALOR GLOBAL: R\$ 471.290,40. VIGÊNCIA: 22/02/2017 A 19/10/2017. ASSINATURA: 22/02/17. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 07/2016. PROCESSO nº: 1.25.000.002029/2016-77. ASSINAM: Marcela Puig Kaczorowski, Coordenadora de Administração, pela Contratante, Carlos Alberto de Arrazão, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2016. PROCESSO Nº 1.27.000.002019/2016-67. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: EMPRESA TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A. OBJETO: Alteração da razão social da contratada Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênio HAAG S/A, para Ticket Soluções HDFGT S/A. DATA DA ASSINATURA: 20/02/2017. SIGNATÁRIOS: Gladivan Pereira Monteiro, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, Luciano Rodrigo Weiland, Gerente Nacional de Rede, e Jefferson Thomas, Gerente de Risco e Compliance, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2017

Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Rondônia. Contratada: PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIOS LTDA-ME (CNPJ 02.295.753/0001-05). Objeto: Contratação de pessoa jurídica para Prestação de serviços continuados de recepção, telefonista, copeiragem, garçonaria, limpeza e conservação, contínuo e artífice, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos (uniformes, materiais e equipamentos) necessários à execução dos serviços na sede do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia (MPF/RO) e na PRM/Ji-Paraná. Processo Administrativo: 1.31.000.000244/2017-17. Fundamento Legal: Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e suas alterações. Elemento de Despesa: 3390.37. - Locação de Mão-de-obra. Notas de Empenho: 2017NE000104 e 2017NE000105. Valor Mensal estimado do Contrato: R\$ 58.502,68 (cinquenta e oito mil, quinhentos e dois reais e sessenta e oito centavos). Vigência: 01/03/2017 a 29/04/2017. Data da

assinatura: 25/02/2017. Assinam: Pela Contratante, Elias Justo Salvador, Secretário Estadual Substituto da PR/RO, e, pela Contratada, André Ricardo Batista Nunes, Representante Legal da Contratada. Testemunhas: Paulo Woida Neto, CPF: 656.090.422-91, e Anathielle Silvério de Lima Oliveira, CPF: 884.288.262-34

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº: 1.31.000.000244/2017-17. CONTRATANTE: União Federal, através da Procuradoria da República no Estado de Rondônia. CONTRATADA: PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIOS LTDA-ME; CNPJ: 02.295.753/0001-05. OBJETO: Prestação de serviços continuados de recepção, telefonista, copeiragem, garçonaria, limpeza e conservação, contínuo e artífice, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos (uniformes, materiais e equipamentos) necessários à execução dos serviços na sede do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia (MPF/RO) e na PRM/Ji-Paraná. CONTRATO: 06/2017; VALOR ESTIMATIVO MENSAL: R\$ 58.502,68 (cinquenta e oito mil, quinhentos e dois reais e sessenta e oito centavos). NOTA DE EMPENHO: 2017NE0000104 e 2017NE0000105. AMPARO LEGAL: Artigo 24, inciso XI da Lei 8666/93. Ratificação da autoridade superior, em 24/02/2017 nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93: Drº João Gustavo de Almeida Seixas, Procurador-Chefe da PR/RO.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 51/2010. CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e os locadores, José Alberto Olmi e Marília Clara Poy Olmi. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato por 12 meses e reajuste contratual. VALOR MENSAL: R\$ 8.645,71 (oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos). VIGÊNCIA: 16/03/2010 a 15/03/2018. DATA E ASSINATURA: 06 de março de 2017, Maximiliano Eller pelo Locatário, e José Alberto Olmi e Marília Clara Poy Olmi pelos locadores.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2016. CONTRATANTES: União Federal por intermédio da Procuradoria da República em Santa Catarina e a empresa ONSEG Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato por 12 meses. VALOR MENSAL: R\$169,00 (cento e sessenta e nove reais). VIGÊNCIA: 08/03/2016 a 07/03/2018. DATA E ASSINATURA: 03 de março de 2017, Maximiliano Eller pela Contratante e Ivan Zanardo pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 2/2017 - UASG 200091

Nº Processo: 20600000135920172 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de água mineral, compreendendo o fornecimento dos botijões em regime de comodato, visando atender às necessidades da sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região e das Procuradorias do Trabalho nos municípios de Caruaru e Petrolina Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 07/03/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 15h00. Endereço: Rua 48, 600 - Espinheiro - Recife/pe RECIFE - PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200091-05-2-2017. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/03/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS ANTONIO FERREIRA CARVALHO
Diretor Regional

(SIDECA - 06/03/2017) 200091-00001-2017NE000001

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 10/2016. Processo: 2.23.000.001606/2017-11. Objeto: Repactuação ao contrato de vigilância armada com a Empresa MJB Vigilância e Segurança LTDA. Valor Reajustado: de R\$ 405.537,84 para R\$ 433.020,48, com fundamento no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93, e cláusula décima segunda do contrato nº 10/2016. Data de assinatura: 03/03/2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 7/2017 - UASG 200008

Nº Processo: 3080001000040/16 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de conservação e limpeza, nas dependências da Procuradoria de Justiça Militar em Manaus/AM, conforme especificações e condições do Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 07/03/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h55. Endereço: Alameda Líbia, Lotes 57/59 Parque Residencial Itaporanga Ponta Negra - MANAUS - AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200008-05-7

2017. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/03/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital do Pregão poderá ser retirado nos sítios: www.comprasgovernamentais.gov.br ou <http://www.mpm.mp.br/pregao-eletronico/>

CARLOS ALBERTO DE SOUSA LIMA
Coordenador de Licitações

(SIDECA - 06/03/2017) 200008-00001-2017NE000050

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO PRESENCIAL Nº 1/2017/MPDFT

Processo nº 08191.013634/2016-18. Objeto: Leilão Presencial - Os objetos que serão leiloados constituem-se de bens inservíveis, de propriedade do MPDFT, conforme lotes especificados no Anexo I do Edital de Leilão nº 001/2017/MPDFT, os quais serão vendidos no estado de conservação e nas condições de funcionamento em que se encontram, sem condições de teste, não cabendo quaisquer reclamações posteriores quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas. Total de lotes do Leilão: 81. Dia do Leilão: 18/03/2017, às 10h. Visita: Cf. Item 2 e Anexo "I" do Edital. Endereço do Leilão: ADE - Chácara 02 - Conjunto 02 - Lote 05 - (GALPÃO DA BS-BLEILÕES, 3ª esquina à esquerda), Águas Claras, Brasília-DF. Demais informações: acessar www.bsbleiloes.com.br. Email: marthaht-silva@hotmail.com

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Diretor-Geral do MPDFT

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2017

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresas vencedoras com os seguintes valores unitários: Rayblu Informática Ltda. - ME (Item 1 - R\$1.799,99); Vixbot Soluções em Informática Ltda. - EPP (Item 2 - R\$7.152,89) e Moura Empreendimentos Comerciais Ltda. - ME (Item 3 - R\$9.848,00).

ANDREA MORAES DE OLIVEIRA
Pregoeira

Tribunal de Contas da União

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 5/2017 - UASG 030001

Nº Processo: 033.876/2016-9 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de 01 licença permanente do tipo Developer with Deployment to Unlimited Physical Locations - OEM Subscription License do produto Aspose.Total for Java , para conversão e concatenação de arquivos de formatos diversos, incluídos os serviços de suporte técnico e atualização de versões pelo prazo de 01 (um) ano Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 07/03/2017 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administracao Federal Sul; Lote 1, Sala 103 Asa Sul - BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/030001-05-5-2017. Entrega das Propostas: a partir de 07/03/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/03/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE
Pregoeiro

(SIDECA - 06/03/2017) 030001-00001-2017NE000001

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS AO ESTADO E DAS REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO EM MATO GROSSO

EDITAL Nº 7, DE 3 DE MARÇO DE 2017

TC 026.202/2016-6- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA Associação Estadual de Pequenos Agricultores de Mato Grosso, CNPJ nº 05.274.495/0001-60, na pessoa do seu representante legal, Senhor Onivaldo Luiz Custodio, CPF nº 018.755.298-37 para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres da Superintendência Regional do Incri no Estado de Mato Grosso, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 3/3/2017: R\$ 229.306,60; sendo em solidariedade com os responsáveis Aparecido Batista CPF-546.095.349-91, e Associação Estadual de Co-Operação Agrícola CNPJ-01.731.013/0001-01.

O débito decorre de/do(a): **Irregularidade:** não execução dos objetos dos Convênios 18/2003 (Siafi 486478) e 19/2003 (Siafi 486485) celebrados com a Superintendência Regional do Incri no Estado de Mato Grosso (SR-13). **Conduta:** a Apam, representada pelo Sr. Aparecido Batista, não executou os objetos dos Convênios CRT 18/2003 e CRT 19/2003. **Nexo de causalidade:** a Apam, representada pelo Sr. Aparecido Batista, ao não executar os objetos conveniados, não comprovou a boa e regular aplicação dos recursos recebidos pelos Convênios CRT 18/2003 e 19/2003, as quais caracterizam infração aos art. 22 e 38, II, "a" da IN/STN 1/1997; art. 71, II da CF/1988. A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento dos débitos atualizados e acrescidos de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 3/3/2017: R\$ 477.342,21; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992). A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos. Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992). Informações detalhadas acerca do processo, da irregularidade acima indicada, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-MT ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

WALDEMIR PAULINO PASCHOIOTTO
Secretário

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E DA REGIÃO NORTE SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDITAL Nº 2, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017

TC 025.857/2014-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO o INSTITUTO ARTE, CIA E CIDADANIA, CNPJ: 03.863.259/0001-54, na pessoa de seu representante legal LUCAS RAFAEL FERREIRA MARTINS NUNES, CPF 726.985.271-53 do Acórdão 10.631/2015-TCU-Segunda Câmara, Sessão de 17/11/2015, proferido no processo TC 025.857/2014-2, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, o condenou a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor histórico atualizado monetariamente desde a respectiva data de ocorrência, acrescido dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 9/2/2017: R\$ 165.787,22. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data desta publicação. Responsáveis solidários: Instituto Arte, Cia e Cidadania (CNPJ: 03.863.259/0001-54) e Claudeci Ferreira Martins (CPF: 843.913.751-68)

Cofre Credor: Tesouro Nacional, recolher mediante GRU, Código 13902-5. Valor histórico dos débitos e das quantias eventualmente ressarcidas, bem, como as respectivas datas de ocorrências:

Débito: R\$ 78.000,00, em 12/9/2009

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 10.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno), a qual será atualizada desde a data do Acórdão 10.631/2015-TCU-Segunda Câmara até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial. A reparação do dano observará o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, Constituição Federal/1988, e art. 5º, VIII, Lei 8.443/1992). O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU). A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br) aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU). Informações detalhadas acerca do processo, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Secex/Desenvolvimento ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

FERNANDO ANTONIO DORNA MAGALHÃES
Secretário